

12/03/2019 - 05:00

Por uma economia arrojada

Por **Dani Rodrik**

No fim de 1933, John Maynard Keynes enviou uma notável carta aberta ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt. Roosevelt tinha assumido o cargo naquele ano, alguns meses antes, em meio a uma desaceleração da economia que tinha lançado 25% da população em idade ativa no desemprego. Tinha introduzido suas ambiciosas políticas do New Deal, entre as quais programas de obras públicas, subsídios à agricultura, regulamentação financeira e reformas trabalhistas. Tinha também tirado os EUA do padrão ouro para dar maior liberdade de movimentos à política monetária doméstica.



Keynes aprovava o rumo geral dessas políticas, mas tinha, paralelamente, algumas críticas contundentes com relação a elas. Ele temia que Roosevelt tivesse complicado o esforço de recuperação da economia por meio de uma ampliação desnecessária de sua agenda de políticas públicas. Roosevelt estava fazendo muito pouco para aumentar a demanda agregada e demais para mudar as regras da economia. Keynes voltou as baterias, especialmente, contra a Lei Federal de Recuperação Industrial Nacional, que, entre outras coisas, ampliava muito os direitos trabalhistas e fomentava os sindicatos independentes. Ele se perguntava se parte da assessoria obtida por Roosevelt "não é burra nem esquisita demais".

Keynes não tinha a economia de Roosevelt em grande consideração, mas pelo menos era um crítico solidário. Pelo fato de boa parte do New Deal conflitar com a ortodoxia econômica dominante, as políticas de Roosevelt receberiam pouco apoio dos principais economistas da época. Por exemplo, como explica Sebastián Edwards em seu fascinante livro recente "American Default", a opinião hegemônica entre os economistas era a de que romper o vínculo do dólar com o ouro instauraria o caos e a incerteza. O único economista confiável do "grupo de peritos" de Roosevelt era Rexford Tugwell, um professor pouco conhecido de Columbia, de 41 anos, que sequer lecionava para alunos de pós-graduação.

Será que os economistas se revelarão de maior valia atualmente, numa época em que os desafios que enfrentamos são quase tão prementes quanto os da Crise de 1929? O desemprego pode não ser um problema grave nos países mais avançados atualmente, mas grandes segmentos da população em idade ativa parecem alijados do progresso econômico. Níveis recordes de desigualdade e perspectivas precárias de ganhos para trabalhadores mais jovens, de menor escolaridade, estão corroendo os alicerces das democracias liberais. As regras que sustentam a globalização necessitam, desesperadamente, de reformas.

Esses problemas requerem respostas arrojadas. Mas, no caso da maior parte deles, os economistas tradicionais parecem preocupados com ajustes secundários - uma alteração do código fiscal aqui, um imposto sobre o carbono ali, talvez uns borrifos de subsídios salariais - que conservam intocadas as estruturas de poder que referendam as

regras do novo jogo econômico.

No mês passado, fiz parte de um grupo de economistas destacados que pretendia lançar um programa que tínhamos chamado de "Economia em prol da Prosperidade Inclusiva". A meta é desenvolver ideias ambiciosas de políticas públicas que sejam muito mais atentas à desigualdade e à exclusão sociais - e aos desequilíbrios de poder que as geram.

Embora os economistas estejam bem-posicionados para desenvolver soluções institucionais que possam ir além do que já existe, seu hábito de pensar no limite e de se fixar próximo às evidências à mão estimula a aversão à mudança radical

Como Suresh Naidu, Gabriel Zucman e eu explicamos em nosso "manifesto", nem a economia saudável nem provas convincentes respaldam muitas das ideias dominantes de políticas públicas das últimas décadas. O que veio a ser chamado de "neoliberalismo" é, sob muitos aspectos, uma corruptela da economia tradicional. E a atual pesquisa econômica, se adequadamente aplicada, é totalmente propícia ao surgimento de novas ideias para criar uma sociedade mais justa. A economia pode ser uma aliada da prosperidade inclusiva. Mas cabe a nós, economistas, convencer nosso público do mérito dessas afirmações.

A propriedade e os contratos são constructos jurídicos que podem ser concebidos das mais variadas maneiras. Num momento em que estamos às voltas com novas realidades criadas pela inovação tecnológica e pela mudança climática, perguntas sobre a distribuição dos direitos de propriedade entre diferentes requerentes se tornam cruciais. A economia não fornece respostas claras, mas oferece os instrumentos necessários para identificar as principais escolhas.

Um tema comum que perpassa o nosso conjunto inicial de propostas de política de governo são as assimetrias de poder que moldam o funcionamento da economia mundial contemporânea. Muitos economistas desqualificam o papel dessas assimetrias porque há pouco espaço para o poder sob condições de concorrência perfeita e de informação perfeita. Mas, no mundo real que examinamos, há abundância de assimetrias de poder.

Quem tem a supremacia nas negociações por salários e por benefícios no emprego? Quem domina os mercados e quem tem de se submeter às forças do mercado? Quem pode escapar à taxação e quem não pode? Quem consegue fixar a agenda das negociações comerciais e quem é excluído? Argumentamos que enfrentar essas assimetrias faz sentido não apenas do ponto de vista distributivo como também para melhorar o desempenho total da economia. Os economistas têm um poderoso aparato teórico que lhes permite pensar nessas questões.

Embora os economistas estejam bem-posicionados para desenvolver soluções institucionais que possam ir além do que já existe, seu hábito de pensar no limite e de se fixar próximo às evidências à mão estimula a aversão à mudança radical. Mas, quando colocados diante de novos desafios, os economistas têm de vislumbrar novas soluções. A imaginação é coisa decisiva. Nem tudo o que experimentamos terá êxito; mas, se não redescobrirmos o valor da profissão de fé de Franklin Delano Roosevelt - "a experimentação arrojada, persistente" - certamente fracassaremos. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

**Dani Rodrik é professor de economia política internacional na Faculdade de Governo John F. Kennedy, de Harvard. É autor de "Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy".
Copyright: Project Syndicate, 2019.**

www.project-syndicate.org